

# Ulysses quer votar no domingo sistema de governo

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães comunicou aos líderes partidários na Constituinte que, pelo ritmo dos trabalhos até agora, o sistema de governo poderá ser votado neste domingo. Ele chegou a esta conclusão no início da madrugada de ontem, depois de fazer as contas sobre a quantidade de destaques que ainda devem ser votada para encerrar o capítulo 1º do título que trata da organização dos poderes, junto com um grupo de pemedebistas que jantava em sua casa.

Os defensores do presidencialismo decidiram que vão se retirar do plenário caso Ulysses convoque sessões para o final de semana com o objetivo de votar o sistema de governo. "Só podemos votar assunto de tal importância com a casa cheia", diz o deputado Milton Reis (PMDB-MG), presidencialista e defensor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Em reunião ontem à tarde no gabinete do presidente do Senado, os presidencialistas delegaram a Humberto Lucena (PMDB-PB) e a Marco Maciel a incumbência de dizer a Ulysses que não se deve votar o sistema de governo no final de semana. Mas o grupo não conseguiu definir a melhor data para que o tema entre em pauta. Alguns, como Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), acham que pode ser na segunda-feira; outros, como José Genoíno (PT-SP), entendem que a terça-feira é melhor, pois o quórum nas segundas-feiras é baixo.

**Ameaça** — Além da ameaça de se retirar do plenário para negar quórum à votação do sistema de governo, os presidencialistas começaram a procurar os líderes dos outros partidos para falar da inconveniência de se apreciar o assunto no final de semana. Na última terça-feira, durante reunião para discutir o direito de greve no serviço público, os líderes de todos os partidos pediram a Ulysses que não pusesse o sistema de governo em votação no fim de semana. Ulysses nada respondeu.

A comunicação feita pelo presidente da Constituinte aos líderes partidários, na madrugada de hoje, foi precedida de um telefonema do presidente José Sarney perguntando a Ulysses quando seria a votação. O presidente pretendia passar o final de semana fora e não queria se ausentar de Brasília enquanto a Constituinte estivesse decidindo sobre o sistema de governo. Ainda sem os números na mão, Ulysses respondeu que não sabia a data, mas que manteria a convocação de sessões para o final de semana.

## Ulysses põe em jogo seu futuro

O deputado Ulysses Guimarães, presidencialista assumido, tem bons motivos para adotar nova posição, em favor do parlamentarismo já, com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Além das pressões de bancadas como as de Goiás e Ceará, arregimentadas pelos governadores Henrique Santillo e Tasso Jereissatti, Ulysses joga nessa proposta a definição de seu próprio futuro político: o de primeiro-ministro no novo sistema.

Segundo um parlamentar que conversou com Ulysses durante duas horas, na sexta-feira da semana passada, são as seguintes as vantagens do presidente do PMDB numa troca de sistema de governo, logo depois de promulgada a nova Constituição e um ano e meio antes da eleição do sucessor de Sarney:

- — Ulysses tem 71 anos de idade. O tempo conta contra ele.
- — Numa eleição direta, em dois turnos, ninguém pode garantir a vitória de Ulysses sobre, por exemplo, Leonel Brizola. Mas no parlamentarismo ele é o candidato imbatível a primeiro-ministro.
- — Promulgada a Constituição, Ulysses perde um de seus cargos, exatamente o que no momento é o mais importante: presidente da Constituinte.
- — Em fevereiro do ano que vem, perde o segundo: a presidência da Câmara, pois não poderá se reeleger. Automaticamente, perde também a condição de vice-presidente da República.
- — Enfim, Ulysses iria apenas como presidente do PMDB para as eleições de 89 — e era essa a tendência de data que se delineava.
- — Enquanto isso, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, já teria trabalhado as bases do partido, e sem o constrangimento de abandonar muito prematuramente o cargo. Ou seja: Ulysses, antes dos dois turnos da eleição, teria que enfrentar a própria convenção do PMDB.
- — Como primeiro-ministro do parlamentarismo, Ulysses estaria não só pontos acima de Quércia, como comandando um partido revigorado pelo próprio sistema de governo inaugurado. Poderia até ir para as urnas de 89, com muito mais café, disputar a Presidência da República.

## Sarney mantém negociação com o PMDB

João Domingos

**A**o contrário do que procura demonstrar, o presidente José Sarney ainda mantém negociações com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para a votação do sistema de governo e do seu mandato. Três deputados — Cid Carvalho (PMDB-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) — fazem a ligação do Planalto com Ulysses. Eles trabalham sem alarde, protegidos pelo barulho que fazem o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o líder do PFL, José Lourenço (BA).

As negociações têm por base emenda do deputado Manoel Moreira, na verdade redigida pelo assessor especial de Ulysses, Miguel Reale Jr. e, depois, submetida a Sarney, que lhe deu os retoques finais. A proposta cria a figura do primeiro-ministro coordenador, um auxiliar direto do presidente da República, que pode ser demitido sem licença da Câmara. Por causa dessa figura, a emenda acabou prevendo a criação de um sistema de governo que foi apelidado de *parlamentarismo mitigado* ou *presidencialismo parlamentarizado*.

**Encontros** — Foi a partir de janeiro que Sarney começou a se interessar pelo conteúdo da emenda de Manoel Moreira. No dia 6 daquele mês, ele chamou a seu gabinete o deputado Bonifácio de Andrada e lhe perguntou por que estava aliado aos parlamentaristas, que, segundo o presidente, objetivavam apenas tirar-lhe o poder. Bonifácio se lembra do que respondeu: "Sou parlamentarista histórico. Mas não sou radical. Acho que existe uma emenda, do deputado Manoel Moreira, que chega muito perto da tese do senhor, de um Congresso mais forte e de um presidencialismo não tão imperial".

Quatro dias depois — no dia 10 — Sarney chamou os deputados Bonifácio de Andrada, Manoel Moreira e Cid Carvalho, além do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para tomarem a discutir o assunto. Bonifácio conta que Sarney já tinha em seu poder a emenda de Manoel Moreira, com alguns retoques que havia feito de próprio punho. Conversaram cerca de 40 minutos. Os três parlamentares deixaram o Palácio do Planalto dizendo que tinham ido visitar Costa Couto, mas, logo depois, sentaram-se e introduziram na emenda as mudanças sugeridas por Sarney. Ulysses foi avisado.

No dia 13 de janeiro, último dia para apresentação de emendas, Manoel Moreira distribuiu o texto a mais oito



Sarney deixa o Planalto após reunião com ministros

parlamentaristas — os maranhenses Eliézer Moreira (PFL), Onofre Corrêa (PMDB), Joaquim Haickel (PMDB) e Alexandre Costa (PFL), e mais Orlando Pacheco (PFL-SC), Salatiel Carvalho (PFL-PE), Alvaro Antônio (PMDB-MG) e Milton Reis (PMDB-MG), todos *sarneyzistas*. Com isso, ele conseguiu multiplicar o número de destaques que teria, se houvesse apresentado a emenda sozinho: pulou de seis para 66.

**Articulações** — A seguir, Sarney procurou o senador presidencialista Humberto Lucena (PMDB-PB), autor da emenda que tem o maior número de assinaturas — 353 — e propôs fundi-la com a proposta de Manoel Moreira. Lucena consultou Ulysses Guimarães e o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, para saber a opinião deles. Ambos se disseram favoráveis. O acordo, entretanto, acabou não ocorrendo porque o PT achou que pularia do presidencialismo para o parlamentarismo. Mesmo sem a fusão, Sarney obteve uma vitória. Os presidencialistas comprometeram-se, por escrito, a votar nos destaques pedidos para o *bolode* emendas de Manoel Moreira. Essas articulações são contadas quase diariamente a Ulysses Guimarães pelo deputado Cid Carvalho que, sempre por volta do meio-dia, o procura. Relata-lhe o pensamento de Sarney e, pelo menos uma vez por semana, vai ao presidente da República contar o que pensa o presidente da Constituinte.

Assim, Ulysses, embora defensor da tese dos cinco anos com parlamentarismo já, mantém entreaberta uma discreta porta para entendimentos com o Planalto.

Assim, Ulysses, embora defensor da tese dos cinco anos com parlamentarismo já, mantém entreaberta uma discreta porta para entendimentos com o Planalto.

Assim, Ulysses, embora defensor da tese dos cinco anos com parlamentarismo já, mantém entreaberta uma discreta porta para entendimentos com o Planalto.

## Thales aguarda encontro

A senha do entendimento em torno do sistema de governo será o encontro entre o principal conselheiro político do presidente Sarney, o ex-deputado Thales Ramalho, e a maior autoridade da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães. Mas o acordo ainda não saiu e, por isso, o anunciado encontro entre os dois, ontem, não aconteceu. Intensas conversações, de lado a lado, adiaram a conversa para o início da próxima semana, tornando improvável a votação neste fim de semana do sistema de governo.

"A tendência atual é bater chapa", sinalizava Thales a quem o procurava, no terceiro andar do Palácio do Planalto. "Um assunto dessa importância não pode ser votado na boca da madrugada ou num domingo, em clima de Fla-Flu", definiu o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República para um senador do PMDB que o visitou em palácio. Empossado no cargo desde segunda-feira, Thales assumiu de fato sua missão de negociador na quarta-feira, ainda lutando contra os efeitos de uma gripe e de uma pequena febre, que realçavam o tom avermelhado de seu rosto.

**Continência** — No final da manhã de ontem, quando se preparava para embarcar num carro rumo à residência oficial do presidente do PMDB e da Constituinte, Thales foi interceptado por um telefonema de Ulysses, que pedia o adiamento da conversa para receber o governador Miguel Arraes, de Pernambuco. Thales entendeu, já que considera Arraes um dos líderes "com luz própria" do PMDB, e ainda insistiu num contato futuro: "Quero manifestar meu interesse de lhe ver, doutor Ulysses, de lhe bater continência".

Um ministro de Estado que peregrinou pelo Planalto ouviu de Thales esta observação: "Nós estamos tratando

do com gente de convicções arraigadas, discutindo sobre questões de princípios em que é difícil mudar de lado. O presidencialismo, bom ou mau, vai completar 100 anos em 1991 e uma coisa assim não se altera por pequena maioria, 30 ou 40 votos de diferença". Entre essas pessoas de princípios que não mudam de lado, Thales coloca Ulysses num lugar especial. "Um ano atrás, o presidente Sarney e o doutor Ulysses eram presidencialistas e favoráveis aos cinco anos. O doutor Ulysses é um homem sério e confio muito em sua palavra", costuma dizer.

**Tarefa** — A alteração do sistema de governo, agora, só poderia dar certo se fosse "consensual", o que segundo Thales não implica unanimidade, mas uma maioria ampla o bastante para definir uma nítida opção da Constituinte. "Parlamentarismo só vinga se tiver uns 400 votos em 559. E ninguém tem isso garantido", repetiu Thales a um grupo de deputados do PMDB mineiro. A mudança do sistema por pequena maioria teria a marca de uma "decisão frágil", segundo o assessor especial de Sarney. "Seria o nascimento de uma crise", diz ele.

O buraco negro de uma votação precipitada neste final de semana, segundo Thales, seria "mais um risco que poderia acirrar os ânimos da Constituinte". É por isso que, mais do que qualquer conversa, Thales — que aposta em votação do sistema só na terça ou quarta-feira — confia no estilo e no prestígio do presidente da Constituinte: "O doutor Ulysses tem uma liderança que leva o PMDB para o lado que ele quiser".

Até esse encontro decisivo, Thales vai ouvir mais do que falar, com a humildade de quem sabe. "Eu sou como esse pessoal da CUT, que bota um sanduíche no bolso e vai cumprir sua tarefa. Eu sou um tarefeiro", brinca.



Thales (D), com parlamentares mineiros: não é Fla-Flu

## Grupo ameaça deixar partido

No início da tarde, quando correu o rumor de que havia sido fechado acordo para aprovação do parlamentarismo com mandato presidencial de cinco anos, descontentes do PMDB e do PFL voltaram a se movimentar para formação de novo partido. "Nós nos organizaremos em menos de 48 horas", garantiu um importante parlamentar do PMDB, prevendo que se os cinco anos forem aprovados, "o racha no partido será inevitável".

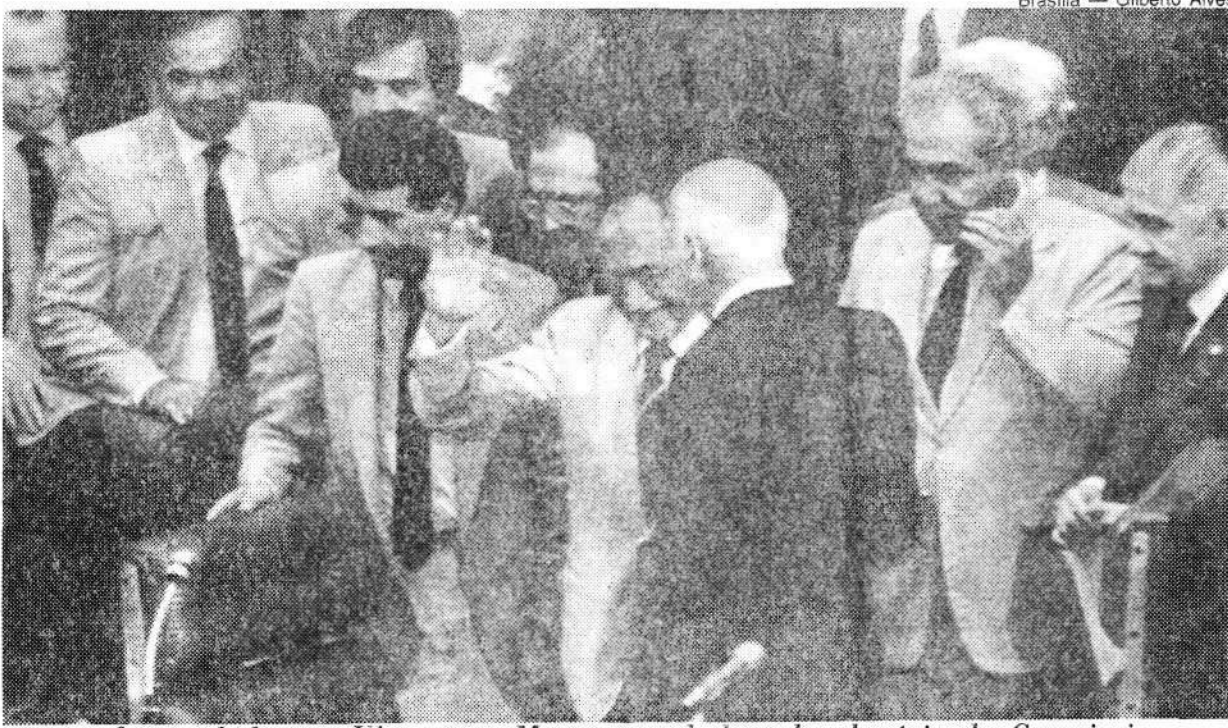
Nem com a possibilidade de ter o deputado Ulysses Guimarães na chefia do governo, como primeiro-ministro, um grupo de aproximadamente 80 pemedebistas pretende abandonar a idéia de partir para outra sigla, se vier o parlamentarismo. "Por incrível que pareça", disse a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), "há pessoas que se colocam acima de estar ou não no governo". O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) concordou: "Só o mandato de quatro anos poderá reverter esse quadro".

Os chamados *modernos* do PFL acreditam que dos 30 correligionários que

votarão nos quatro anos, no máximo dez vão aderir à nova legenda. Entre eles, certamente, estarão os deputados Saulo Queiroz (MT), secretário-geral do partido, Jaime Santana (MA), Alceci Guerra (PR) e Humberto Souto (MG).

Apesar dos nomes expressivos que estariam dispostos a abandonar o PMDB — como os senadores José Richa (PE), Fernando Henrique Cardoso (SP) e Mário Covas (SP) — a sucessão presidencial poderá barrar o caminho da nova legenda. Grupos já definidos simpatizam com candidaturas diferentes, como as de Covas e Richa.

O senador Severo Gomes (SP) não acredita em reação imediata dos descontentes do PMDB, se der parlamentarismo com cinco anos. "Há anos ouço dizer que determinada questão vai rachar de vez o partido. Isso ainda não aconteceu", lembrou. "Se passarem os cinco anos, vamos analisar com cuidado a situação, fazer amplas consultas e ouvir os governadores, para depois decidir".



Arraes foi recebido por Ulysses na Mesa e saudado pelo plenário da Constituinte

## Arraes ouve exortação e queixas

Bob Fernandes

- Ulysses, como estão as coisas?
- Estamos cercados, Arraes.
- E qual é a saída
- A saída é o risco...
- E o que é risco, Ulysses?
- O risco é fazermos como fez Juscelino. Vamos ter que enfrentar os tradicionais adversários da democracia e da sociedade...

Conversa curta, mas cheia de significados para dois interlocutores que há pelo menos três décadas vivem no epicentro da cena política. Ulysses Guimarães recebeu o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e lhe expôs suas preocupações diante da pressão e do cerco que sente quando se aproxima o momento da decisiva votação do sistema de governo e da duração do mandato do presidente José Sarney.

Isto foi ontem, no início da tarde. Horas antes, no final da noite de anteontem, o governador de Pernambuco ouvira queixas e sinais de preocupação. Então, partindo do presidente José Sarney e tendo como alvo Ulysses Guimarães, o presidente, que recebeu Arraes no Palácio da Alvorada para um jantar de três horas, lhe falou sobre o que teria sido "um grande erro" em seus três anos de governo:

— Errei ao transformar o Ulysses no meu único grande interlocutor. Ele é quem cuida da minha porta, é quem a abre ou fecha. Se eu disser alguma coisa a alguém, o que vai valer, o que pesa, é o

que disse o Ulysses e não o que disse alguém. Ele é o grande interlocutor. Disse ainda o presidente ao governador de Pernambuco que confiou por muito tempo nas "avaliações" do quadro político que lhe eram oferecidas por Ulysses Guimarães. Reclamou também das escuras, que lhe "faltaram" quando decretou a moratória e tentou fazer a reforma agrária. Citou como exemplos de seu empenho pela reforma agrária a convocação, para o governo, de Dante de Oliveira e do ex-presidente do Inera em São Paulo, José Gomes da Silva, homens ligados às esquerdas.

**Campanha** — Ontem, em almoço no Hotel Carlton, o governador Arraes, sem saber que tinha diante de sua mesa um atento militante do MR-8 e um jornalista, conversou sobre seus encontros com Ulysses e Sarney com os deputados Francisco Pinto e Domingos Leonelli, do PMDB baiano, o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) e o ex-deputado José Eudes, agora no Partido Socialista.

Anotou o militante do MR-8 que Arraes acha que existe uma "campanha meio fascista" que procura desmoralizar parlamentares e políticos em geral, levando a população a um estado de descrédito nas instituições.

Disse ainda aos parlamentares com quem almoçou que a Constituinte errou ao escolher um processo de votação que "deixa todos ilhados aqui, sem terem tempo de se afastar de Brasília, sentir o que está se passando fora". A propósito,

na noite anterior, após a conversa com Sarney e desligados os refletores e câmeras de TV, o governador foi mais explícito ao defender o presidencialismo com quatro anos:

— A população, na verdade, não quer votar em 15 de novembro. Ela quer votar é amanhã. E esse negócio de primeiro-ministro... O povo não sabe nem o que é isto. Saíam por aí e perguntam ao homem comum se ele sabe o que é primeiro-ministro.

Para o governador, que ontem cedo se reuniu com uma dividiada bancada de Pernambuco (dos 13 pemedebistas só quatro fecham questão com os quatro anos, e nove admitem negociações com o parlamentarismo), "antes de fazer acordo é preciso esclarecer as coisas, ver quem quer o quê".

Soubes o governador que, entre as lideranças do PMDB, apenas os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e os deputados Fernando Lyra e Pimenta da Veiga e Miro Teixeira mobilizam grupos que não abrem mãos dos quatro anos. O resto é incerto, como é incerto o futuro deste grupo à esquerda do PMDB se, na votação do sistema de governo, ficar evidenciado que houve o acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos.

Covas diz que a hora não é para antecipar gestos ou posições. Fernando Henrique, no entanto, é explícito: "Se ficar evidente que houve acordo, será a cisão definitiva, a ruptura".

## Raphael quer PMDB unido

Parlamentarismo já, com cinco anos de mandato — ou seja, implantação do novo sistema logo após promulgada a Constituição, e eleições presidenciais só no ano que vem. "Essa é a fórmula que atrairá o consenso no PMDB e na própria Constituinte, mesmo que seja na manhã da votação", disse o secretário de Cultura do Rio de Janeiro, Raphael de Almeida Magalhães, com base na sua velha amizade com Ulysses Guimarães e nas diversas reuniões de que tem participado a respeito do sistema de governo, uma delas anteontem à noite, na casa de Ulysses.

— É verdade. O parlamentarismo vem crescendo muito na Constituinte, principalmente por causa do desgaste do governo e das divisões intensas do PMDB — admitiu a contragosto o presidente do PFL, Marco Maciel, que não só é partidário dos quatro anos como é o encarregado de redigir o texto de fusão das várias emendas presidencialistas. Dessas emendas, a que tem maior número de assinaturas — 352 — é a do presidente do Senado, Humberto Lucena, que também não aceita a tese do parlamentarismo já, com cinco anos, advertindo:

— Nós vamos para a votação em plenário. Se der impasse, aí vamos todos ter que negociar, inclusive o presidente José Sarney.

**Posições** — Segundo Raphael de Almeida Magalhães, o parlamentarismo já, com cinco anos, interessa profundamente o governo e o PMDB, mas em sentido contrário: o novo regime diminui

o poder do governo e, assim, também a oposição a ele e a necessidade que alguns setores vêem em eleições presidenciais ainda em 88; já o PMDB, que é o maior partido, passaria a ser majoritário no gabinete parlamentarista e, por isso também, perderia a pressão nas eleições.

As articulações nesse sentido têm, segundo Raphael, apoio dos governadores de Goiás, Henrique Santillo; Ceará, Tasso Jereissatti; Paraná, Alvaro Dias; Rio Grande do Sul, Pedro Simon, e Bahia, Waldyr Pires. Foi próprio Santillo quem esteve ontem em Brasília e conversou, entre outros, com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que admitiu: "Essa pode ser uma boa solução".

Há muito, Santillo patrocina a tese do parlamentarismo com cinco anos, defendendo-a perante os governadores do PMDB, juntamente com uma política econômica para o governo que tenha apoio de todos os partidos políticos.

— Com parlamentarismo depois de promulgada a Constituição, e cinco anos de mandato, é claro que uma política econômica comum, consensual, se torna mais factível.

Ulysses não diz que sim nem que não aos que o consultam sobre sistema de governo e mandato. Mas foi ele quem incentivou o deputado Virgíldio de Senna (BA) a recolher assinaturas no partido num documento pró-parlamentarismo. Tal documento alcançou o apoio de 164 dos 297 constituintes pemedebistas